

Seção I - Ensino de geografia: inquietações em torno da dimensão  
teórico-prática  
**Novas configurações geográficas a partir do tempo e do espaço**

Lurdes Bertol Rocha

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ROCHA, L.B. Novas configurações geográficas a partir do tempo e do espaço. In: TRINDADE, G.A., MOREIRA, G.L., ROCHA, L.B., RANGEL, M.C., and CHIAPETTI, R.J.N. *Geografia e ensino: dimensões teóricas e práticas para a sala de aula* [online]. Ilhéus: Editus, 2017, pp. 19-28. ISBN: 978-85-7455-526-3. <https://doi.org/10.7476/9788574555263.0002>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

# SEÇÃO I

## ENSINO DE GEOGRAFIA: INQUIETAÇÕES EM TORNO DA DIMENSÃO TEÓRICO-PRÁTICA



# NOVAS CONFIGURAÇÕES GEOGRÁFICAS A PARTIR DO TEMPO E DO ESPAÇO

*Lurdes Bertol Rocha*

*O tempo*

*O tempo não é fonte  
Muito menos o leito.  
Ele se faz um rio  
Que corre pelos corpos e almas  
Como um lago corre  
Pelas margens e os leitos.  
O tempo não é brisa  
Muito menos a tempestade.  
Ele se faz uma gota de orvalho  
Que cai docemente sobre um corpo  
Ou ultrapassa velozmente uma alma.  
O tempo não é o destino  
Muito menos a felicidade.  
Ele se faz constante na história  
E muda a cada instante o sentido  
Não tem medida nem fim.  
O tempo não é uma face certa  
Muito menos um rosto incerto.  
Ele se faz tão presente a todos  
Como misterioso e ausente  
Sob explicações da gente.  
O tempo não é um pensamento  
Muito menos uma realidade.  
Ele se faz um sonho incerto  
Uma torrente de águas puras  
Uma brisa suave e cheia de candura  
Um destino bom e amigo  
De feições conhecidas e olhares gentis  
Que para qualquer um tem  
A sua significação tão certa  
E ao mesmo tempo tão incerta.*

*Ducilene Arruda*

Não há como separar tempo e espaço. Os dois sempre estiveram imbricados, um em função do outro. Tanto é assim que, para cristalizar o tempo que corre pelo espaço (ou é o espaço que corre pelo tempo, ou os dois correm juntos?), foi criado o relógio. Este é uma tentativa de confinar o tempo dentro de um espaço (ou confinar o espaço no tempo?). Os ponteiros levam 12 horas para percorrer uma vez o espaço que os confina.

Seu significado, porém (tempo e espaço), mudou ao longo do tempo. O espaço já foi compreendido como extensão, como dimensão euclidiana (superfície: altura, largura e comprimento). Ao acompanhar a saga da humanidade, tempo e espaço foram adquirindo as conotações específicas de cada momento histórico. Ou terá sido o inverso? Castells (1999, p. 403) afirma que: “O espaço e o tempo são as principais dimensões materiais da vida humana”.

Nesta breve incursão pelas configurações geográficas criadas pelas relações do homem, no tempo e no espaço, com a natureza; dos homens com os homens; das relações humanas entre si e sua apropriação da natureza colocando-a a seu serviço, procurarei entender esse processo. Isto será possível fazendo uma caminhada ao longo da história, a partir do surgimento do capitalismo como forma de apropriação da força do trabalho para fazer acontecer a produção, a circulação, o consumo para a acumulação. Daí, levar à produção, circulação, consumo e acumulação. Assim como numa mandala, partindo do centro e se expandindo, sempre mais para fora, alargando-se, chegando aos confins do planeta, sem perder a origem, o centro, para onde volta, e daí se expandindo num movimento infinito de ida e vinda.

Maquiavel (2002, p. 66), no século XVI, referia-se ao espaço como um espaço rígido, com fronteiras definidas, um espaço-extensão, espaço-superfície, linear.

As cidades da Alemanha [...] têm pouco território. [...] são fortificadas de tal modo que todos pensam que expurgá-las deva ser demorado. Todas têm fossos e muralhas convenientes, têm artilharia suficiente [...].

Naquela época, território e solo significavam a mesma coisa. Além disso, significavam, também, poder. Só que este poder tinha limites rígidos, as fronteiras determinadas por muros e fossos. A configuração espaço/poder era passível de ser matematicamente cartografada.

Espaço é poder. Esta constatação aparece de forma contundente nos textos dos pensadores alemães, principalmente de Ratzel que, no final

do século XIX, início do século XX, sistematizou o pensamento alemão, mostrando a configuração geográfica do mundo na época, baseada na extensão territorial, entendida aqui como solo, como superfície. Neste tipo de configuração, as fronteiras eram rígidas, o poder de um estado-nação seria maior quanto maior fosse sua extensão territorial. Isto já vinha desde a corrida para adquirir territórios ultramarinhos nos séculos XV e XVI e, no período ratzeliano, extensão também das fronteiras contíguas para garantir o espaço vital.

O capitalismo foi o grande responsável pela expansão territorial (solo), elasticendo as fronteiras além-mar a fim de aumentar o poder, aumentando o estoque de recursos minerais, principalmente o ouro. São os recursos do subsolo que passam a significar o controle dos mares e, com isso, o controle das áreas onde este metal ocorria em abundância ou que se acreditasse existir. Ao se dominar os mares, dominam-se os continentes e, ao dominar os continentes, domina-se o coração (*heartland* da antropogeografia de Ratzel). Aqui aparece a visão organicista, que tem o coração como órgão vital para a vida e para a morte. Ou seja, quem tem o domínio dos continentes, o domínio dos mares, terá o poder de deixar viver ou morrer os locais que interessam aos dominadores. Daí o controle do estreito de Behring, do canal de Panamá, de Bósforo, que seriam as “murallas” que permitiriam a entrada dos dominadores e impediriam a entrada dos que chegassem depois.

Com a Revolução Industrial, no século XVIII, iniciada na Europa (Inglaterra), surgem novas tecnologias que vão dar outra dimensão ao domínio dos espaços. No primeiro período dessa revolução, as novas tecnologias foram representadas pela máquina a vapor (diminui o tempo/distância de travessia dos mares), pela fiandeira, que agiliza o processo de formação do fio para a confecção do tecido, enfim, a substituição das ferramentas manuais pelas máquinas. Na segunda fase da revolução industrial, o destaque é para o desenvolvimento da eletricidade, do motor de combustão interna, início das tecnologias de comunicação (telégrafo, telefone). Após a segunda metade do século XIX, foi de fundamental importância o conhecimento científico para sustentar e dar continuidade ao desenvolvimento tecnológico (CASTELLS, 2002). O conhecimento científico passou a ser, cada vez mais, o fato mais importante para se afirmar o domínio e o poder sobre as nações.

Com o domínio do conhecimento, do avanço tecnológico, o desenvolvimento nas várias regiões do planeta passa a ser desigual. Na tradição marxista (SMITH, 1988), desenvolvimento é utilizado nos sentidos político, econômico e filosófico. Para essa tradição, o desenvolvimento desigual

é uma lei universal da história, é a essência da contradição. Para o autor, assim como há a tendência para a diferenciação entre as regiões, há, também, a tendência para a igualização.

Na diferenciação, desde os tempos mais remotos, já havia uma tendência natural para esse fenômeno. Isso se manifestava já na mais antiga divisão do trabalho entre os sexos: as mulheres mais dedicadas ao trabalho doméstico e ao trabalho da terra próximo de sua morada. Já os homens se dedicavam mais à caça e à procura de alimentos em lugares mais distantes. Com isso, o sexo masculino desenvolveu um domínio espacial mais amplo. Essa diferenciação natural do trabalho foi a base para a diferenciação social. As diferenças qualitativas na natureza se traduzem em diferenças qualitativas e quantitativas na organização social. “A divisão social do trabalho se expressa espacialmente” (SMITH, 1988, p. 153). Na Geografia Tradicional,

concentração espacial da riqueza era vista primeiramente como o resultado da diferenciação natural na fisiografia, nos recursos, no clima (SMITH, 1988, p. 154).

A Geografia Comercial foi a tentativa mais sofisticada de relacionar as diferenciações dos dons naturais com a concentração de capital. Essa Geografia descrevia a variedade dos produtos vindos das mais diversas regiões do mundo e justificava a diferenciação nas produções agrícolas e industriais como diferentes dádivas da natureza. Essa forma de pensar o desenvolvimento desigual era a Geografia do capitalismo comercial, mais desenvolvida na Grã-Bretanha, que era o centro comercial do século XIX. Com a queda do Império Britânico, a Geografia Comercial perdeu sua importância. Ainda de acordo com Smith (1988), para Marx, a divisão social se dá a partir da divisão do trabalho (geral, particular e específica) e divisão do capital que, por sua vez, dividem-se em departamentos, setores e unidades individuais de propriedade que, resumidos, aparecem no QUADRO 1.

## QUADRO – Diferenciação social a partir da divisão do trabalho de acordo com Marx

Departamentos	Departamento I: os meios de produção são produzidos: capital fixo e capital circulante. Departamento II: produção de artigos de consumo individual: necessidades e luxo. Departamento III: produção de artigos para o consumo coletivo e não produtivo: materiais militares.
Setores	Definidos pelo valor de uso imediato de seus produtos (automóveis, construções, aparelhos eletrônicos, educação, etc.). a indústria automobilística produz em todos os setores: caminhões para o consumo produtivo, carros para o consumo individual, carro para o consumo individual coletivo e não produtivo (tanques de guerra).
Unidades individuais de propriedade	Não está em função da divisão do trabalho; é imposta sobre o capital social em acumulação, pelo sistema de relações de propriedades expressas e constituídas através do sistema legal predominante.

Fonte: Smith, 1988, p. 162.

Quanto à tendência para a igualização, Smith (1988) escreve que há uma dicotomia na produção do espaço geográfico. Ou seja, em escala mundial, o espaço é produzido como um espaço relativo, mas, internamente, o espaço geográfico se diferencia em espaços absolutos distintos em diferentes escalas. Essa diferenciação se dá mais no espaço da circulação, já que a burguesia tem necessidade de expandir o mercado para que possa distribuir seus produtos. Isso ocorre em escala global, pois é imperativo estabelecer-se em toda parte a fim de criar vínculos. A tendência para a igualização se dá em função das condições de produção e do nível de desenvolvimento das forças produtivas inerentes à produção global do espaço relativo. Para Marx e Engels, segundo o autor, essa tendência leva à aniquilação do espaço e do tempo.

A questão do espaço é bastante discutida através dos tempos e seu conceito muda à medida que mudam as relações dos homens entre si e dos homens com a natureza, através de sua apropriação. E o espaço sempre está atrelado ao tempo. Lipietz (1999) afirma que espaço e tempo são as maiores dimensões da vida humana e que possuem significado social. Para o autor, enquanto a maioria das teorias propõe o domínio do espaço pelo tempo, Castells propõe ser o espaço o organizador do tempo em uma sociedade em rede.

Se, no passado, o espaço era concebido como algo rígido, superfície, extensão, com as novas tecnologias, hoje, o espaço da economia,

das comunicações, do poder não possui fronteiras no sentido de linhas demarcadas, como no conceito ratzeliano. O processo histórico que levou o mundo a essa situação foi o capitalismo. E o sistema de produção industrial foi o responsável pela perspectiva da expansão capitalista.

No final do século XIX a indústria tinha como seu maior sustentáculo a máquina a vapor. Quem definia todo o processo de acumulação era a força de trabalho. Marx denomina essa força de trabalho de mais-valia absoluta e mais-valia relativa. A mais-valia absoluta se constituía na exploração máxima da força de trabalho, representada pelo número de horas trabalhadas (jornada de trabalho). E chama de mais-valia relativa à produtividade estabelecida pelo exército de reserva, fenômeno que seria responsável pela mobilidade do trabalho. Para Marx, o que há não é a mobilidade de homens, mas a mobilidade do trabalho, como possibilidade de acumulação. Naquela época, a análise de Marx era sobre os departamentos que estavam em função de uma economia produtiva ligada ao capital eminentemente industrial.

O processo de colonização fez parte do jogo do circuito capitalista, como ocorreu com a acumulação primitiva do capital no processo de exploração da Índia, da China, do Brasil, entre outros. Nesse período, a configuração geográfica se repartiu em função dos poderes de controle de mercado. No final do século XIX e início do século XX já há o circuito completo do capital: produção, circulação, distribuição e consumo. É nesse momento que Ratzel apresenta o princípio da extensão, quando é criada a ideia de território, fundada no conceito de solo. Ao trabalhar o conceito de território, Ratzel se refere a uma questão de ocupação, de apropriação. Para ele, se a população tem a garantia desse território (solo), não terá problema de sobrevivência. A partir de Ratzel, portanto, território passa a ser uma categoria de análise. Nesse contexto, o que há é a formação de um regime de acumulação extensivo, cuja preocupação básica era a produção de bens de produção, de bens de capital, lastro para que se garantisse o aumento da produção. Essa relação mercantilista será exercida pelo Estado que, nessa época, tinha apenas uma força militar (*gendarme*) a fim de garantir a propriedade. Consolida-se, então, o conceito de Estado, compreendido como nação, garantia da autonomia do espaço vital. Território está, então, intrinsecamente ligado ao conceito de Estado-Nação. A partir de 1870, com a abolição da escravidão, estabeleceu-se a garantia do mercado interno. Garantido o mercado interno, tem-se a garantia das fronteiras (abertas e rígidas ao mesmo tempo). No conceito de nação está implícita a garantia dos recursos (naturais, minerais) garantidos pela fronteira.



Hoje, o conceito de território tem nitidamente o sentido de poder. Para Smith (1996), não é fácil definir quem exerce poder sobre a jurisdição territorial do Estado. De maneira geral, as teorias dizem que quem exerce esse poder é o Estado e seus órgãos. Para o autor, os desafios à soberania da Nação-Estado tanto têm origem em processos globais (“de cima”) como na sociedade civil, sob forma de ações coletivas, descentralizadas e baseadas na comunidade (“de baixo”). O destino das localidades hoje é cada vez menos determinado pela Nação-Estado e cada vez mais por decisões, atividades e eventos que se encontram além da jurisdição do Estado. Contudo, cada vez mais a Nação-Estado sofre desafios provindos das localidades sobre as quais ela reivindica soberania política.

É certo que a mais importante inovação tecnológica do capitalismo atual está no campo da informática e da eletrônica, com a criação dos computadores. No início da expansão capitalista a máquina substituiu a força humana. Hoje, o computador substitui as operações de cálculo cerebral, “Chegando a elaborar, com autêntico virtuosismo, ‘decisões’ derivadas das ‘ordens’ que a máquina cérebro recebe” (CATANI, 1999, p. 50).

Essa “revolução técnico-científica” anuncia nova fase do capitalismo, e fica difícil de inferir até onde poderá chegar sua tendência para a concentração. Atualmente, o capitalismo é um capitalismo de empresas industriais gigantescas, presentes em toda parte, como um ente onipresente e disperso.

Hoje, o capitalismo não mais necessita do exército de reserva, que está sendo substituído de forma cada vez mais veloz pela tecnologia, principalmente a informática. Veja-se o que acontece com os serviços prestados pelos bancos. As máquinas para transferências de valores, para pagamentos, para consultas, substituem postos de trabalho. Sem falar nos computadores que, na tranquilidade das residências, fazem todo trabalho virtual que levaria horas em filas de bancos. Os computadores também substituem o trabalho feito pelo correio, através dos *e-mails*. Substituem as lojas, locais de escolha e compra de produtos. Substituem as livrarias, com seus mostruários de livros, colocando-os à venda nos portais da *web*. Substituem as bibliotecas, oferecendo livros e enciclopédias via internet ou mídias, ou *e-books*. Substituem o encontro físico das pessoas, através das redes sociais. Dessa forma, as fronteiras, os limites físicos foram derrubados. Vai-se a qualquer lugar sem sair do lugar. Escolhe-se e compra-se qualquer mercadoria sem tocar no produto. Paga-se qualquer valor sem tocar no dinheiro. Distribuem-se mensagens, apelos comerciais, religiosos, pornográficos, sem ter contato direto com as pessoas. Mas, afinal, isto é bom? É ruim? Seremos pessoas confinadas a quatro paredes, sozinhas, com medo de sair de casa, isoladas, sem saber o que é o afeto, o contato

físico, o sorriso franco e aberto, as demonstrações de insegurança, medo, raiva, estupefação, indignação, sentimentos mais do que humanos?

Por outro lado, aparece a contradição. Quantos têm acesso a toda essa tecnologia? Muitos sequer conhecem uma televisão, uma geladeira, um aparelho de som, uma casa digna para morar. No entanto, todos sentem os efeitos desse mundo tecnificado, pois os que estão bem não têm tempo para rever a má distribuição das benesses da tecnologia. Ou seja: de outra forma, em outros tempos, os problemas continuam. As desigualdades que marcavam os suseranos e os servos, os príncipes e a plebe, os capitalistas e os proletários, estão mais presentes do que nunca no tempo e no espaço, hoje.

## REFERÊNCIAS

CASTELLS, M. **A era da informação**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. **A sociedade em rede**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

CATANI, A. M. **O que é capitalismo?** São Paulo: Brasiliense, 1999.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DOWBOR, L. **A reprodução social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. v. 1.

HAESBAERT, R. **Territórios alternativos**. Niterói: EdUFF; São Paulo: Contexto, 2002.

HARVEY, D. **Los limites del capitalismo y la teoría marxista**. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

IANNI, O. **A era do globalismo**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

JIMÉNEZ, J. M.; CANTERO, N. O. **Paris: l'année sociologique III - el pensamiento geográfico**. Madrid: Alianza Editorial, 1982. p. 1-14. Disponível em: <<http://www.dhiernaux.docencia.terrageo.net>>. Acesso em: 23 mar. 2014.

LIPIETZ, A. **O capital e seu espaço**. São Paulo: Nobel, 1988.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Saraiva, 2002.

RAFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RATZEL, F. El território, la sociedad y el Estado. In: GÓMES MENDOZA, J.;

SCHILLING, V. **Confrontos**: o pensamento político alemão. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1996.

SHÄFER, N. Globalização e fronteira. In: CASTELLO, I. et al. (org.). **Práticas de integração nas fronteiras**: temas para o Mercosul. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Instituto Goethe/ICBA, 1995.

SMITH, G. Teoria política e Geografia Humana. In: GREGOORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. (org.). **Geografia Humana**: sociedade, espaço e ciência social. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.